

OBMEP: PROJETO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE ESTUDANTES COM TALENTO EM MATEMÁTICA

Ana Cristina Schirlo
SEED/Pr
acschirlo@gmail.com

Elisangela dos Santos Meza
UEPG
elisangelameza@gmail.com

Resumo:

A promoção de inclusão social é um tema relevante dentre as ações do governo brasileiro desde 2002. Dentre essas ações, destaca-se a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). No entanto, principia-se por evidenciar que no interior de diversas escolas públicas, ainda há um desconhecimento da valoração da OBMEP para o enriquecimento do processo de ensino no qual estão inseridos. Diante desse fato, este artigo, objetiva oferecer aos professores de Matemática e interessados no assunto, um conjunto de informações sobre a OBMEP, visando estimular sua efetiva participação e a participação de seus estudantes nessa olimpíada e entende-la como um instrumento auxiliador para o ensino da Matemática, indo ao encontro dos anseios da Educação Básica atual.

Palavras-chave: Inclusão. Ensino de Matemática. OBMEP.

1. Introdução

A promoção da inclusão social tem sido um dos principais temas de ação do governo brasileiro desde 2002. Nesse viés, em 2003, foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), cuja missão é promover a inclusão social por meio de atividades educacionais. (BRASIL/MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, 2012).

Para concretizar essa missão, a SECIS desenvolve estratégias da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI&I) para o desenvolvimento social, seguindo duas linhas de ação: a popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação e melhoramento da educação científica e a difusão de tecnologias para inclusão social e desenvolvimento social. (BRASIL/MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, 2012).

Dentre os eventos promovidos pela SECIS, destaca-se a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Pública (OBMEP), que é um projeto de inclusão social voltado para a Escola Pública, seus estudantes e professores. Ela objetiva oferecer oportunidades a uma parcela da sociedade que, em geral, tem pouco convívio e acesso ao exercício e produção do conhecimento. (BRASIL/MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, 2012).

No entanto, no interior de muitas escolas públicas da rede estadual de ensino, ainda há um desconhecimento do entendimento da OBMEP como um projeto de inclusão social.

Mas, por que ainda há, no interior de muitas escolas públicas da rede estadual de ensino, um desconhecimento do entendimento da OBMEP como um projeto de inclusão social?

Diante desse questionamento, há a hipótese de que a comunidade escolar desconhece materiais que apontam a OBMEP como um projeto de inclusão social que oferece oportunidades a estudantes das escolas públicas do Brasil.

A partir dessa hipótese, traçou-se um ensaio teórico de cunho qualitativo, com delineamento bibliográfico/documental, visando desvelar a OBMEP como um projeto de inclusão social que oferece oportunidades a estudantes das escolas públicas brasileiras.

2. A OBMEP e a Inclusão Social

Nas últimas décadas, movimentos sociais, em prol dos direitos humanos, auxiliam pessoas com necessidades educacionais especiais a conquistarem o direito de plena participação social.

Nesse contexto, um marco histórico, foi a Declaração dos Direitos Humanos de Viena (UNESCO, 1993) que trouxe o princípio da diversidade, colocando o direito à igualdade no mesmo patamar do direito à diferença. Destaca-se que esta declaração aponta

que “o reconhecimento da pluralidade de sujeitos portadores de direitos e de seus direitos específicos como parte integrante e indivisível da plataforma universal dos Direitos Humanos” (UNESCO, 1993, p.7).

Somando a Declaração dos Direitos Humanos de Viena (UNESCO, 1993), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), veio influenciar as decisões políticas brasileiras junto ao Ministério da Educação (MEC) no que diz respeito a debates sobre o conceito, indicadores, políticas sociais e à atenção educacional dispensada ao estudante com necessidades educacionais especiais.

os administradores e os orientadores de estabelecimentos escolares devem ser convidados a criar procedimentos mais flexíveis de gestão, a remanejar recursos pedagógicos, diversificar as ações educativas, estabelecer relações com pais e a comunidade. (...) Os programas de estudo devem ser adaptados às necessidades das crianças e não o contrário, sendo que as que apresentam necessidades educativas especiais devem receber apoio adicional no programa regular de estudos, ao invés de seguir um programa de estudo diferente (UNESCO, 1994, p. 5).

Este avanço do pensamento político em torno da educação inclusiva abre os horizontes das políticas educacionais. Mas, traz para a escola a difícil tarefa de romper com paradigmas tradicionais e propor ações mais amplas que estejam de acordo com as necessidades histórico-culturais da comunidade que a cerca.

É fato, que nos últimos anos, os conceitos de inclusão estão sendo exaustivamente debatido e alocado em leis, resoluções e/ou pareceres. Particularmente, no que diz respeito à educação inclusiva, o Ministério da Educação implementou o “Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, que visa disseminar a política de inclusão e apoiar o processo de construção e implementação de sistemas educacionais inclusivos nos municípios brasileiros. (ROTH, 2006).

Salienta-se que o Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 17/2001, alerta para o fato de que os estudantes com altas habilidades/superdotados¹ fazem parte das comunidades excluídas. (BLATTES, 2006).

¹ A Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial adota o conceito de Marland (1972), que define como pessoas (crianças e adultos) com altas habilidades/superdotação para as pessoas que apresentam desempenho acima da média ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora. (BRASIL/DIRETRIZES GERAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS PORTADORES DE ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO E TALENTOS, 1995).

Cabe ressaltar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) calcula que pelo menos 5% da população tem algum tipo de alta habilidade. No Brasil, em 2004, foram identificados 2,5 mil jovens e crianças com altas habilidades/superdotação. E, para dar um atendimento mais qualificado a esse público, o Ministério da Educação (MEC) criou em 2005 Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação em todos os estados. (BRASIL/DIRETRIZES GERAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS PORTADORES DE ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO E TALENTOS, 1995).

Mas, segundo FLEITH (2007), muitas vezes os estudantes que apresentam altas habilidade/superdotação, permanecem à margem do sistema educacional e não recebem os serviços especiais de que necessitam, como por exemplo, o enriquecimento e o aprofundamento curricular.

Portanto, são relevantes as propostas de atendimento educacional especializado para os estudantes com altas habilidades/superdotação, que objetivam oportunizar a construção do processo de aprendizagem e ampliar o atendimento, com vistas ao pleno desenvolvimento das potencialidades desses educandos.

Nesse contexto, o MEC em conjunto com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP), mantém esforços para implantar uma política de educação especial, embasada na identificação de oportunidades, no estímulo às iniciativas, na geração de alternativas e no apoio aos sistemas de ensino que encaminham para o melhor atendimento educacional do estudante com altas habilidades/superdotação. (BRASIL/DIRETRIZES GERAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS PORTADORES DE ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO E TALENTOS, 1995).

Alencar (1986), pioneira na implementação do estudo das altas habilidades/superdotação no Brasil, já chamava a atenção para a importância do desenvolvimento dos talentos e para a implementação de programas educacionais direcionados a esta população. Já dizia essa autora que

o futuro de qualquer nação depende da qualidade e competência de seus profissionais, da extensão em que a excelência for cultivada e do grau em que condições favoráveis ao desenvolvimento do talento, sobretudo do talento intelectual, estiverem presentes desde os primeiros anos da infância. (...) O fato de que uma boa educação para todos não significa uma educação idêntica para todos tem levado a um interesse crescente pelos alunos mais competentes e capazes, a par de uma consciência de que um sistema educacional voltado apenas para o estudante médio e abaixo da média pode significar o não reconhecimento

e estímulo do talento e, conseqüentemente, o seu não aproveitamento (ALENCAR, 1986, p. 11).

Desta forma, a equidade na educação seria obtida não por meio do fornecimento de experiências de aprendizagem idênticas para todos os estudantes, mas sim por uma ampla gama de experiências cuidadosamente planejadas e diferenciadas que levam em conta as habilidades, interesses e estilos de aprendizagem de cada estudante (VIRGOLIM, 1998).

Nesta mesma linha de pensamento, e preocupada com o desperdício e o desvio dos talentos humanos, Guenther (2000, p. 20), reflete que o papel dos educadores, é o de “encaminhar o desenvolvimento de pessoas e encontrar a melhor e mais apropriada forma de prover a cada um aquilo de que ele necessita para se tornar o melhor ser humano que pode vir a ser”.

Reconhecer, estimular e aproveitar talentos humanos em desenvolvimento ou em potencial nas diversas áreas do saber humano é, afinal, responsabilidade de todos, família, escola e sociedade. Nesta perspectiva, torna-se necessário que as escolas encarem o desafio de guiar seus estudantes para o desenvolvimento de traços de personalidade e atitudes favoráveis ao desenvolvimento do talento. E, que este possa ser corretamente identificado, estimulado e potencializado ao máximo.

Ao encontro desses anseios, a OBMEP é promovida desde o ano de 2005 pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em conjunto com o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) e com a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). (AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMEP 2010, 2011).

É relevante apontar que a OBMEP, como projeto de política pública, foi apresentada à comunidade escolar e à sociedade brasileira como um projeto de inclusão social e científica inspirado no Projeto NUMERATIZAR do estado do Ceará, que visava o desenvolvimento de estratégias que possibilitassem melhorar a qualidade do Ensino de Matemática na Educação Básica, pois “descobrir, divulgar e aprimorar os talentos de nossa juventude é a forma mais efetiva e rápida de inclusão social”. (PROJETO NUMERATIZAR, 2004).

Principia-se por evidenciar que a OBMEP é um evento direcionado especificamente às escolas públicas e serve como incentivo ao estudo da Matemática e também para uma reflexão sobre a educação no Brasil, além de propiciar aproximação da Universidade

Pública, Institutos de Pesquisas e Sociedades Científicas com as escolas públicas, cuja contribuição é fundamental para o sucesso do projeto.

Assim sendo, participam das provas dessa olimpíada somente os alunos que, na data da realização da prova, estiverem regularmente matriculados nas escolas inscritas na OBMEP. Também participam das provas as Escolas Particulares conveniadas com a Rede Pública de ensino, única e exclusivamente, seus alunos pertencentes à rede pública de ensino, visto que estes alunos concorrerão aos prêmios discriminados no regulamento, mas a escola não concorrerá a qualquer premiação. (OBMEP, 2012).

Portanto, a abordagem social da OBMEP é dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e aos alunos do Ensino Médio das escolas públicas municipais, estaduais e federais, sendo realizada anualmente em três níveis, de acordo com o seu grau de escolaridade:

Nível 1 - alunos matriculados no 6º ou 7º anos do Ensino Fundamental, no ano letivo correspondente ao da realização das provas;

Nível 2 - alunos matriculados no 8º ou 9º anos do Ensino Fundamental, no ano letivo correspondente ao da realização das provas;

Nível 3 - alunos matriculados na 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio, no ano letivo correspondente ao da realização das provas. (OBMEP, 2012, s. p.).

A OBMEP (2012) ressalva que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 6º ou 7º ano do Ensino Fundamental são inscritos para as provas do Nível 1, os do 8º ou 9º ano para as provas do Nível 2, e os do Ensino Médio para as provas do Nível 3. Também explana que, os alunos que mudarem de série durante o ano letivo participarão das provas da OBMEP no nível correspondente ao ano que estavam cursando por ocasião da inscrição de sua escola na referida olimpíada.

Convém também destacar que as provas dos Níveis 1, 2 e 3 são constituídas de duas fases, de modo que a primeira fase dessa olimpíada consiste na aplicação de prova objetiva (múltipla escolha) a todos os alunos inscritos pelas escolas inscritas na OBMEP no referido ano em que ela está sendo aplicada. Ressalta-se que as provas dessa primeira fase, tem duração de 2h30min (duas horas e trinta minutos) e são realizadas no interior da própria escola e são aplicadas pelos professores dessa mesma. Também se ressalta que essas provas são corrigidas pelos professores aplicadores da prova, seguindo instruções e gabaritos elaborados pela Coordenação Geral da OBEMP. A data de aplicação dessas provas é divulgada no calendário oficial da olimpíada. (OBMEP, 2012).

Para aclarar, em cada nível, as escolas participantes da 9ª OBMEP serão divididas em 5 (cinco) grupos, de acordo com o número de inscrições na Primeira Fase.

Compõem o Grupo 1A as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 1 (um) e 40 (quarenta) alunos no Nível 1.

Compõem o Grupo 1B as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 41 (quarenta e um) e 80 (oitenta) alunos no Nível 1.

Compõem o Grupo 1C as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 81 (oitenta e um) e 140 (cento e quarenta) alunos no Nível 1.

Compõem o Grupo 1D as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 141 (cento e quarenta e um) e 240 (duzentos e quarenta) alunos no Nível 1.

Compõem o Grupo 1E as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP 241 (duzentos e quarenta e um) alunos ou mais no Nível 1.

Compõem o Grupo 2A as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 1 (um) e 40 (quarenta) alunos no Nível 2.

Compõem o Grupo 2B as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 41 (quarenta e um) e 80 (oitenta) alunos no Nível 2.

Compõem o Grupo 2C as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 81 (oitenta e um) e 140 (cento e quarenta) alunos no Nível 2.

Compõem o Grupo 2D as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 141 (cento e quarenta e um) e 240 (duzentos e quarenta) alunos no Nível 2.

Compõem o Grupo 2E as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP 241 (duzentos e quarenta e um) alunos ou mais no Nível 2.

Compõem o Grupo 3A as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 1 (um) e 120 (cento e vinte) alunos no Nível 3.

Compõem o Grupo 3B as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) alunos no Nível 3.

Compõem o Grupo 3C as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 380 (trezentos e oitenta) alunos no Nível 3.

Compõem o Grupo 3D as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP entre 381 (trezentos e oitenta e um) e 620 (seiscentos e vinte) alunos no Nível 3.

Compõem o Grupo 3E as escolas que inscreverem na Primeira Fase da OBMEP 621 (seiscentos e vinte e um) alunos ou mais no Nível 3. (OBMEP, 2013).

Cabe às escolas

do Grupo 1A selecionar 2 (dois) alunos do Nível 1 para a Segunda Fase (exceto aquelas com 1 aluno inscrito, que selecionarão 1 aluno).

As escolas do Grupo selecionar 4 (quatro) alunos do Nível 1 para a Segunda Fase. As escolas do Grupo 1C selecionarão 7 (sete) alunos do Nível 1 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 1D selecionarão 12 (doze) alunos do Nível 1 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 1E selecionarão 5% (cinco por cento) do total de alunos inscritos na Primeira Fase no Nível 1 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 2A selecionarão 2 (dois) alunos do Nível 2 para a Segunda Fase (exceto aquelas com 1 aluno inscrito, que selecionarão 1 aluno).

As escolas do Grupo 2B selecionarão 4 (quatro) alunos do Nível 2 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 2C selecionarão 7 (sete) alunos do Nível 2 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 2D selecionarão 12 (doze) alunos do Nível 2 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 2E selecionarão 5% (cinco por cento) do total de alunos inscritos na Primeira Fase no Nível 2 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 3A selecionarão 6 (seis) alunos do Nível 3 para a Segunda Fase. As escolas que inscreverem na Primeira Fase até 6 alunos poderão enviar todos os inscritos para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 3B selecionarão 12 (doze) alunos do Nível 3 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 3C selecionarão 19 (dezenove) alunos do Nível 3 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 3D selecionarão 31 (trinta e um) alunos do Nível 3 para a Segunda Fase.

As escolas do Grupo 3E selecionarão 5% (cinco por cento) do total de alunos inscritos na Primeira Fase no Nível 3 para a Segunda Fase. (OBMEP, 2013).

Na segunda fase é aplicada uma prova discursiva diferenciada por níveis (1, 2 e 3). Essas provas discursivas tem duração de 3h (três horas) e são aplicadas por fiscais selecionados pela Coordenação Geral da OBMEP para esse fim. Os locais de realização dessas provas são designados Centros de Aplicação e são divulgados na página da OBMEP, pela Coordenação Geral da OBMEP, em tempo hábil. Assim, os alunos selecionados para a segunda fase devem comparecer ao local das provas com documento de identificação e dentro do horário divulgado no calendário oficial da OBMEP, sendo que este é o mesmo para os três níveis. (OBMEP, 2012).

De acordo com seu Regulamento a OBMEP tem como objetivos:

Estimular e promover o estudo da Matemática entre alunos das escolas públicas.
Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica.
Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas.
Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional.
Contribuir para a integração das escolas públicas com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e sociedades científicas.
Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento. (OBMEP, 2012, s. p.).

É significativo observar que esse caráter inclusivo pertinente à OBMEP fica evidente na apreciação de seu esqueleto de funcionamento, visto que as Coordenações Regionais preocupam-se em viabilizar a participação de alunos das diversas regiões do país.

A tabela 1 expõe o número de escolas, alunos e a porcentagem dos municípios brasileiros inscritos nas oito edições, já realizadas, da OBMEP.

Tabela 1 – As oito edições da OBMEP em números

ANO	Nº ESCOLAS		INSCRIÇÕES ALUNOS		% MUNICÍPIOS BRASILEIROS	
	1ª FASE	2ª FASE	1ª FASE	2ª FASE	1ª FASE	2ª FASE
2005	31.030	29.074	10.520.831	457.725	93,50%	91,9%
2006	32.655	29.661	14.181.705	630.864	94,50%	92,4%
2007	38.450	35.483	17.341.732	780.333	98,10%	96,9%
2008	40.377	35.913	18.326.029	789.998	98,70%	96,9%
2009	43.854	39.387	19.198.710	841.139	99,1%	98,1%
2010	44.717	39.929	19.665.928	863.000	99,16%	98,3%
2011	44.691	39.935	18.720.068	818.566	98,90%	98,1%
2012	46.728	40.770	19.140.824	823.871	99,42%	98,5%

Fonte: Dados da OBMEP (OBMEP, 2013).

O exposto na tabela 1 revela que o número de estudantes participantes da OBMEP é expressivo, logo ela pode ser considerada o maior evento realizado entre os estudantes de escolas públicas do Brasil e a maior Olimpíada de Matemática do mundo (OBMEP, 2012).

Também, convém destacar, as realizações da OBMEP.

- A produção e distribuição de material didático de qualidade, também disponível no *site* da OBMEP;
- O Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC), para os medalhistas estudarem Matemática por 1 ano, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- O Programa de Iniciação Científica e de Mestrado (PICME), para os medalhistas regularmente matriculados no ensino superior com bolsas do CNPq (IC) e CAPES (Mestrado);
- A Preparação Especial para Competições Internacionais (PECI), que prepara medalhistas de ouro selecionados pela excepcionalidade de seus talentos para competições internacionais;
- A mobilização de Coordenadores Regionais para a realização de atividades como seminários com professores e cerimônias de premiação. (OBMEP, 2012, s. p.).

Especificando as realizações da OBMEP, à produção e distribuição de material didático, todas as escolas inscritas na OBMEP recebem um Banco de Questões, ou seja, uma apostila com situações-problema de Matemática e suas respectivas soluções, elaborada pela equipe do IMPA e encaminhada aos professores responsáveis pela olimpíada na escola, sendo que o uso desse material é facultativo. Este material também está disponível no *site* da OBMEP. Cabe apontar que o uso desse material pode influenciar o estudo de Matemática nas escolas inscritas e melhorar o desempenho dos alunos nas avaliações educacionais em larga escala. (AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMEP 2010, 2011).

Já, o Programa de Iniciação Científica Jr. da OBMEP (PIC) tem a duração de 01 (um) ano e proporciona aos participantes o estudo de tópicos selecionados de Matemática. Os medalhistas que acompanham todas as etapas do PIC recebem a Bolsa de Iniciação Científica Jr. concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). As atividades do programa envolvem tanto encontros presenciais quanto a participação em um Fórum Virtual que possibilita o contato, via *internet*, com estudantes de todo o país que se interessam por Matemática. (OBMEP, 2012).

E, o Programa de Iniciação Científica e Mestrado (PICME) oferece aos estudantes universitários que se destacaram na OBMEP a oportunidade de realizar estudos avançados em Matemática simultaneamente com sua graduação. Os participantes recebem as bolsas através de uma parceria com o CNPq (Iniciação Científica) e com a CAPES (Mestrado). O PICME é coordenado em nível nacional pelo IMPA e ofertado por Programas de Pós-Graduação em Matemática de diversas universidades espalhadas pelo país. (OBMEP, 2012).

Também, aos professores das escolas públicas responsáveis pela inscrição dos alunos, às escolas públicas e às secretarias de educação são ofertados prêmios de acordo com os critérios vinculados à premiação e pontos obtidos pelos alunos, sendo que os critérios dessa premiação são descritos no Regulamento de cada edição da OBMEP. (AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMEP 2010, 2011).

Entende-se que as premiações levam alguns professores a procurarem oportunidades de aprofundar e qualificar seu trabalho. De um modo geral, a OBMEP é um projeto que cria um ambiente estimulante para o estudo da Matemática entre estudantes e professores de todo o Brasil.

Não se pode deixar de apontar que, a OBMEP segue uma sistemática de premiação como as que são tradicionalmente utilizadas nas competições olímpicas, ou seja, a OBMEP premia os alunos com medalhas de ouro, medalhas de prata, medalhas de bronze e certificados de menção honrosa. (OBMEP, 2012).

Mas, cabe salienta-se que ser medalhista na OBMEP não rende apenas um *souvenir*, pois além da medalha, os estudantes que se saem bem nessa competição, têm a oportunidade de expandir seus conhecimentos.

3. Algumas Considerações

O percurso traçado para realizar essa pesquisa, desvelou a OBMEP como um projeto de inclusão social que oferece oportunidades a estudantes das escolas públicas brasileiras, visto que a inclusão social é uma das questões urgentes a serem enfrentadas no Brasil.

Cabe salientar que o esforço pela inclusão social objetiva colocar nas mãos do cidadão as ferramentas necessárias para a tarefa de interferir positivamente, tanto na própria vida, quanto no ambiente que lhe cerca. (BRASIL/MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, 2012).

E, todas as áreas do conhecimento têm muito a contribuir para a formação dos cidadãos, no entanto a área de exatas, mas especificamente a Matemática, se distingue das demais áreas por diversos motivos, dentre os quais se destaca que as ideias matemáticas são essenciais para descrição crítica e a tomada de decisões no mundo e a Matemática é uma disciplina científica que é ensinada desde a infância, bem antes de outras áreas das ciências que dela dependem como pré-requisito.

Convém acrescentar que, a implementação de projetos que tragam contribuições para o sucesso das ações afirmativas e a inclusão social são relevantes para toda a sociedade. (BRASIL/MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, 2012).

Pois, ações afirmativas são formas de políticas públicas que visam transcender as ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania para garantir igualdade de oportunidades e tratamento entre as pessoas e a mobilização dos setores culturais com finalidade de expandir as ações de inclusão social. (BRASIL/MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL, 2012).

Nesse contexto, a OBMEP é um projeto de inclusão social contemplado pelas políticas educacionais, que visa garantir o direito a uma educação de qualidade a todos os cidadãos, pois a descoberta pela Olimpíada de talentos nas classes mais pobres tem-se revelado o processo mais rápido de inclusão social conhecido.

Crianças cujos futuros seriam incertos, tanto pela condição de vida de sua família, pela região onde vivem ou pela falta de oportunidades, ganham à possibilidade de um futuro interessante e produtivo para elas e para o próprio país, por meio de uma premiação nas Olimpíadas. Pois, o talento não requer qualquer correlação com classe social, cor, sexo, localização geográfica ou qualquer outra variável do gênero. (AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMEP 2010, 2011).

Portanto, a OBMEP vai ao encontro dos desafios da Educação Básica da atualidade e é um instrumento auxiliador para o ensino da Matemática no interior das salas de aula.

4. Referências

ALENCAR, E. M. L. S. **Psicologia e educação do superdotado**. São Paulo: EPU, 1986.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS – OBMEP 2010. Disponível em: <www.cgee.org.br/atividades/redirect/7255>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BLATTES, R. L. (Org.). **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais**. 2. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL/DIRETRIZES GERAIS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL AOS ALUNOS PORTADORES DE ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO E TALENTOS. **Série Diretrizes 10**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

BRASIL/MEC. **Olimpíada Brasileira de Matemática Das Escolas Públicas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12287:olimpiada-brasileira-de-matematica-das-escolas-publicas-&catid=260:olimpiada-de-matematica&Itemid=577>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL/MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL. **Manual do proponente - procedimentos de elaboração, seleção e acompanhamento de projetos na SECIS / de**

Ciência e Tecnologia para Inclusão Social. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2012.

FLEITH, D. de S. **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades / superdotação.** Volume 1: Orientação a Professores. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2007.

GUENTHER, Z. C. **Desenvolver capacidade e talentos:** Um conceito de inclusão. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

OBMEP. **REGULAMENTO 2012.** Disponível em:
<<http://www.obmep.org.br/regulamento.html>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

OBMEP. **REGULAMENTO 2013.** Disponível em:
<<http://www.obmep.org.br/regulamento.html>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

O.N.U./Unesco. **DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.** Viena, 1993.

O.N.U./Unesco. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** Espanha: Salamanca, 1994.

PROJETO NUMERATIZAR. Disponível em: <www.ma.utexas.edu>. Acesso em: 05 ab. 2012.

ROTH, B. W. (Org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

VIRGOLIM, A. M. R. O indivíduo superdotado: história, concepção e identificação. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, 1998, nº 13, p. 173-183.